

Entre Vistas e Olhares

Cecilia Maria Bacellar Sardenberg fala aos Cadernos de Gênero e Tecnologia¹

A entrevistada da vez é a professora Cecilia Sardenberg, reconhecida antropóloga que tem dedicado suas atividades profissionais aos estudos feministas e de gênero. Cecília tem uma bela história na luta pelos direitos das mulheres, fato que se evidencia na leitura da entrevista aqui apresentada. Ao longo de sua vida Cecília construiu um extenso e admirável currículo, com inúmeras publicações e orientações relevantes para o campo dos estudos feministas e de gênero e contribuiu de forma significativa com a crítica feminista à ciência. Cecilia demonstrou simpatia, generosidade e disponibilidade em nos atender mesmo neste momento de início de aposentadoria, fase que Ela inaugurou em 2016 e que desejamos seja proveitosa e com muitas realizações. Na entrevista que segue poderemos conhecer um pouco de sua trajetória e, acredito que poderemos admirá-la ainda mais.

A entrevista foi realizada via e-mail, meio este que nos possibilita a oportunidade de conhecer um pouco do pensamento de mulheres que são destaques no meio dos estudos feministas e de gênero e que estão distantes fisicamente.

Convidamos a todas e todos a esta leitura na certeza de que será um momento agradável e enriquecedor.

CGT – Olá Cecília, inicialmente agradecemos sua disposição em participar da seção “Entre vistas e olhares” dos Cadernos de Gênero e Tecnologia. Pode nos falar um pouco sobre sua trajetória pessoal e profissional, enfatizando como se deu sua inserção nos movimentos feministas?

Cecília – Sim Sou natural de São Paulo, Capital, da safra de 1948, filha do meio de uma família de classe média. Concluí o primário e o ginásio no Colégio Sacré-Coeur de Marie, em São Paulo, em uma época em que, sob a influência da Teologia da Libertação, éramos convidadas a participar das ações pastorais da Igreja, com destaque para a Juventude Estudantil Católica – a JEC. Particpei, assim, de um trabalho de catequese e de ação social na antiga Favela do Aeroporto (destruída depois por Jânio Quadros) e em Vila Carolina, o que me permitiu ter uma aproximação com uma realidade bastante diferente da minha, despertando em mim o compromisso com uma ação transformadora da sociedade, compromisso esse que me orienta até os dias atuais.

Aos 17 anos, quando cursava o 2º científico, fui contemplada com uma bolsa do American Field Service International Scholarships – AFS, para fazer intercâmbio por um ano nos Estados Unidos da América do Norte. Além de contribuir para que eu adquirisse fluidez na língua inglesa, esse intercâmbio me proporcionou a experiência de imersão total em outra cultura e o contato com jovens do mundo todo. Acabei desistindo de cursar medicina, como pretendia, me encaminhando, ao invés, primeiro para o Curso de Letras na PUC de São Paulo e, mais tarde, para a antropologia.

Concluí meu Bacharelado em Antropologia Social (1977) na Illinois State University e, posteriormente, o Mestrado (1981) e Doutorado (1997), também em Antropologia Social, na Boston University. A partir de 2002, passei a trabalhar de perto com pesquisadoras do Institute of Development Studies – IDS, na University of Sussex, Inglaterra, onde fiz estágios pós-doutorais em três diferentes períodos, sempre voltada para o campo da antropologia feminista. Mas, minha inserção nos movimentos feministas precedeu meus estudos nesse campo. Fui motivada por experiências de trabalho como comerciária e bancária nos Estados Unidos, em que me deparei com a dura realidade da discriminação de gênero contra as mulheres. Aos poucos, fui me dando conta de que, para combater as desigualdades constatadas, era preciso viver o feminismo total e intensamente: em todos os espaços que circulamos, atuando nos diferentes campos de ação feministas, ‘da intimidade à praça’, das salas de aula para as ruas.

Voltei ao Brasil em 1980 para morar em Salvador, onde participei de atividades do Grupo Feminista Brasil Mulher, o primeiro grupo feminista de Salvador, me tornando parte dele algum tempo depois. Em 1982, fiz concurso público e fui aprovada para a cadeira de Teoria Antropológica no Departamento de Antropologia da UFBA, sendo ali lotada até minha aposentadoria, em 2016. Em maio de 1983, ao lado de Ana Alice Costa, Alda Motta e outras professoras e pesquisadoras feministas da UFBA, integrei a equipe fundadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher-NEIM, onde venho atuando desde então.

Como integrante do NEIM e do Brasil Mulher, participei do Fórum de Mulheres de Salvador, desde a sua criação em meados dos anos 1980, época em que lutamos pela conquista de nossos direitos na Constituinte Federal (1988) e na Constituição da Bahia (1989), bem como na Lei Orgânica do Município (1989). Brigamos pela criação dos Conselhos de Direitos da Mulher, o Municipal e o Estadual (fiz parte do primeiro!), e pelas Delegacias Especiais de Atendimento às Mulheres. Brigamos por Creches Comunitárias, por Centros de Referência, por um atendimento de fato especializado para mulheres em situação de violência. Trabalhamos com o Sindicato de Trabalhadoras Domésticas, com o Sindicato de Comerciárias, fazendo pesquisas para a Federação Nacional de Metalúrgicos e, com o Setor de Gênero do MST, organizando oficinas para os seus acampamentos anuais em Salvador. Criamos no NEIM, também, um espaço para o OBSERVE, o Observatório de Monitoramento de Aplicação da Lei Maria da Penha, produzindo, como parte de um Consórcio da sociedade civil com vários núcleos e organizações feministas dos quatro cantos do país, instrumentos de coleta de dados e informações pertinentes para esse monitoramento. Com o apoio do Projeto Pathways of Women’s Empowerment, do qual fui coordenadora aqui no Brasil de 2006 a 2014, quando o projeto foi encerrado, levamos o NEIM para ocupar a Mudança do Garcia, no Carnaval, com um protesto das mulheres de Salvador, demandando a criação da Secretaria de Políticas para Mulheres.

Saímos também às ruas, na Marcha das Vadias, no 8 de Março, na Primavera da Mulheres, na luta pela democracia – sempre! – defendendo os direitos e qualidade de vida das mulheres.

Para tanto, participamos, intensamente, das conferências municipais, estaduais e nacionais de políticas para mulheres, e até mesmo em conferências da ONU, levando adiante um projeto de transformação da sociedade e combate ao sexismo, ao racismo, a lesbo-homo-bi-transfobias e desigualdades sócio-

econômicas resultantes do nosso capitalismo selvagem e da ação nefasta de bolsos e bolsominions no nosso mundo

.Ao longo das décadas, nos articulamos com pesquisadoras feministas no país todo e, no Norte e Nordeste, em especial, para articular a REDOR-Rede Regional Feminista do Norte e Nordeste de Pesquisadoras sobre Mulheres e Relações de Gênero, rompendo também fronteiras nacionais para articular nossa luta e produção de conhecimentos com pesquisadoras e centros nas Américas, na Europa, na Ásia e na África.

Na UFBA, inovamos criando novos cursos de pós-graduação (de especialização, mestrado e doutorado) sobre estudos feministas e, na graduação, o Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade, trazendo a desconstrução das ideologias de gênero para a universidade. Criamos, também, um novo departamento: o Departamento de Estudos de Gênero e Feminismos, único no país. Fizemos, ainda, revoluções constantes em nossas vidas, construindo nesses espaços, em todos os espaços, tramas de solidariedade feministas.

Creio que, como praticante da antropologia feminista e integrante da equipe do NEIM, venho vivendo o feminismo no meu dia a dia, há cerca de quatro décadas - hoje, por força da idade, cada vez menos nas ruas e mais nos espaços virtuais, no Facebook, Twitter e Whatsapp!

CGT – Você viveu os tempos obscuros da ditadura militar. Como era ser feminista naquela época?

Cecília – Eu tinha 15 anos e cursava o primeiro ano científico quando aconteceu o golpe (1964) que instalou no país a ditadura militar, sob a qual minha geração viveu toda a sua juventude, adentrando pela vida adulta. Na época, com pouca ou quase nenhuma sofisticação política, não me dei conta da gravidade do que ocorria no país, mesmo participando das atividades da Juventude Estudantil Católica. Só algum tempo depois, quando já estava na PUC fazendo Letras, foi que passei a tomar consciência dos horrores da ditadura. Comecei então a participar das mobilizações estudantis que se avolumavam na época por todo o Brasil, particularmente contra os acordos MEC-USAID. Lembro-me, em especial, de uma manifestação em frente ao Consulado dos Estados Unidos (em 1967), então operando no Conjunto Nacional, na Avenida Paulista, onde funcionavam, também, dois cinemas: o Rio e o Astor. Quando a polícia chegou para desbaratar nossa manifestação, corri com mais duas outras colegas para o Cine Astor onde estava passando o filme “Quem tem medo de Virginia Woolf?”. Ficamos lá sentadas por duas sessões, mas só me recordo de ter assistido o filme, de fato, anos depois, tal era meu medo de ser pega pela polícia!

Todavia, o pior foi voltar para casa e encontrar minha mãe desesperada, certa de eu ter sido presa – dois ou três casos dessa ordem já haviam acontecido na família. E depois, é claro, lidar com as restrições impostas em relação a minha participação em futuras manifestações. Confesso que ficou difícil. Some-se a isso a visita nas férias de julho de meu namorado americano, que fora convocado para servir nas forças armadas americanas e estava vivendo em uma base aérea na Carolina do Sul, podendo ser enviado a qualquer momento para uma ‘tour’ na Guerra do Vietnã! Resultado: noivamos no final de julho antes de seu retorno à base e eu desisti do curso de Letras. Casei-me em dezembro de 1967, aos dezoito anos, mudando-me para os Estados Unidos em abril do ano seguinte, lá permanecendo até 1980, quando voltei ao Brasil e fui morar em Salvador.

Lembro que em 1980 foi promulgada a ‘Lei da Anistia’, possibilitando o retorno de exilados para o Brasil. Em Boston, em 1979 e início de 1980, participei de várias reuniões de brasileiros onde discutíamos a viabilidade da volta ao Brasil e seus possíveis desdobramentos. Muitos de nós estávamos lá cursando pós-graduação com a ideia de voltarmos ao Brasil e contribuirmos para a reconstrução da democracia no país. Lembrar aquele momento, agora em que vivemos essa profunda ameaça a nossa democracia, construída a ferro e fogo nessas três últimas décadas, por certo arrepia a alma, mas, ao mesmo tempo, renova minhas esperanças de que ainda poderemos fazer a diferença. Essa era, de fato, a crença que nos estimulava a voltar – fazer a diferença!

No início dos anos 1980, vivenciava-se no Brasil o processo de redemocratização, os movimentos pelas ‘Diretas Já’ e a campanha por uma Constituição mais progressista, a partir de emendas populares. O Grupo Brasil Mulher, do qual eu fazia parte, bem como o NEIM, viram-se intensamente envolvidos nessas campanhas. Em especial, nos voltamos para a coleta de assinaturas para as emendas populares pertinentes às questões de gênero e direitos das mulheres, envolvendo-nos, também, na elaboração da proposta do Capítulo da Mulher, da Constituição do Estado da Bahia, e em emendas populares para a Lei Orgânica do Município de Salvador.

Em suma, passei a maior parte dos anos duros da ditadura fora do país, retornando depois da anistia e quando já se dera início ao chamado ‘processo de abertura’. Voltei, portanto, quando já se iniciava um novo capítulo da nossa história, capítulo esse que se encerra com o golpe de 2016.

CGT – Acompanhamos mulheres jovens se posicionando como feministas e buscando assegurar seus espaços. Como você percebe este movimento? Tem alguma semelhança com os movimentos feministas de sua juventude?

Cecília – Quando, em 2012, participamos da organização e da manifestação da Primeira Marcha das Vadias em Salvador, tive a grata surpresa de constatar que jovens, principalmente universitárias, compunham a maioria das participantes, representando um segmento nem sempre presente em manifestações feministas e de mulheres na cidade até então. Confesso que fiquei surpresa e feliz também por constatar o entusiasmo e ousadia com que se expressavam, reenergizando as nossas lutas, me fazendo lembrar as manifestações feministas das quais participei nos idos dos anos 1970 e 1980. De igual maneira, tive uma surpresa agradável ao presenciar a atuação marcante de jovens, algumas aparentando não mais de 15 anos, nas manifestações da ‘Primavera das Mulheres’ contra a PEC 5069, proposta pelo então Deputado Eduardo Cunha, que restringe ainda mais nossos direitos reprodutivos e o enfrentamento à violência sexual. Fiquei feliz também por ver jovens mulheres participando em defesa dos nossos direitos nas manifestações contra o golpe de 2016 e contra o governo golpista, bem como da liderança de jovens mulheres, adolescentes ainda, à frente do movimento em defesa das escolas públicas.

Há de se observar que o momento presente, de séria ameaça fascista às instituições democráticas e aos direitos sociais, se assemelha em muitos aspectos ao que vivenciamos nos anos 1960, contribuindo para o processo de politização de nossos jovens como aconteceu com minha geração. Além disso, para nós, mulheres, trata-se também de um momento em que o fundamentalismo religioso, entrelaçado ao conservadorismo capitalista patriarcal, ganha espaço em níveis

mundiais, demandando um ativismo feminista igualmente forte para responder às ameaças postas.

O ativismo de nossas jovens, seja em defesa dos direitos das mulheres ou de direitos sociais mais amplos, alimenta minha esperança de que iremos resistir com empenho às investidas atuais contra a democracia e esses direitos duramente conquistados. Elas me ajudam a pensar que, apesar dos pesares, ainda existe luz no fim do túnel...

CGT – O PPGNEIM (Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo), programa no qual é docente, é o primeiro e, até hoje, único programa de pós-graduação específico nesta área no Brasil. Como se deu a constituição deste programa e como você percebe a importância do PPGNEIM para os estudos de gênero no Brasil?

Cecília – O Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da FFCH da UFBA – o PPGNEIM - foi primeiro um grande sonho da equipe do NEIM. Desde os anos 1990, acalentávamos a ideia de um programa dessa ordem. Em especial, havíamos sido incentivadas a criar tal programa por Sonia Alvarez, então Diretora da área de gênero na Fundação Ford, junto com Mariza Navarro, que viera ao Brasil como consultora da Ford, para avaliar os projetos que o NEIM desenvolvia com o apoio da Fundação, inclusive o Projeto de criação da REDOR.

Apelidado, por nós, de “Projeto Baby Doll Lilás”, o projeto de pós-graduação do NEIM era discutido na sala de visitas da companheira Ívia Iracema Alves, onde ela, Ana Alice Costa, Alda Motta, Silvia Lúcia Ferreira, Elizete Passos e eu trabalhávamos em uma proposta a ser apresentada para a Pró-Reitoria de Pós-Graduação da UFBA. No entanto, naquela época, fomos desencorajadas a seguir adiante com a proposta, pois ninguém acreditava que ela pudesse ser aceita pela Câmara de Pós-Graduação da UFBA, muito menos pela CAPES.

A partir de 2003, porém, novos ventos trazendo o PROUNI, trouxeram também a possibilidade de avançarmos no sentido da criação de cursos de pós-graduação inter e multidisciplinares. Por sugestão do Magnífico Reitor da UFBA, Prof. Dr. Naomar Almeida, apresentamos uma nova proposta de programa, elaborada pela Profa. Ana Alice Costa e por mim, com a colaboração das demais professoras e pesquisadoras da equipe do NEIM, logrando aprovação em todas as instâncias da UFBA e na CAPES. Assim foi criado o PPGNEIM, com aula inaugural em março de 2006, tendo eu a honra de proferir essa ‘aula magna’.

Trata-se do Primeiro Programa desse tipo, não apenas no Brasil, mas em toda a América Latina! Mais recentemente, foram criados programas de doutorado em estudos de gênero em Córdoba, Argentina, na Universidade de San Cristobal de las Casas, na Região de Chiapas, México e, no ano passado, o Programa de Doutorado em Estudos de Gênero na Universidad Autonoma Metropolitana de Xochimilco, México, todos inspirados em nossa ousadia no NEIM.

No PPGNEIM, tive o grande prazer de atuar como Professora Permanente, sendo responsável principalmente por disciplinas obrigatórias: a) Seminários de Teorias Feministas I, que resgata algumas das principais contribuições teóricas feministas nos estudos sobre mulheres e relações de gênero; b) Seminários de Teorias Feministas II, oferecida só para alunas do doutorado e voltada para a crítica feminista à ciência e para as epistemologias feministas e; c) Seminários Multidisciplinares de Pesquisa, que se volta para uma reflexão sobre as pesquisas desenvolvidas dentro das perspectivas feministas.

CGT – Seus trabalhos trazem uma crítica riquíssima à ciência e a tecnologia a partir dos estudos de gênero e feministas. Qual a importância deste olhar feminista/feminino para a ciência?

Cecília – A crítica mais ampla que se faz hoje à Ciência Moderna nascida com o Iluminismo, nos tem demonstrado que, ao contrário do que se propunha anteriormente, a produção de conhecimento não é uma prática dita ‘neutra’. Qualquer conhecimento, seja ele científico ou não, é sempre produzido a partir de um posicionamento social, histórico, cultural, ou seja, trata-se sempre de um ‘conhecimento situado’, como propõe Donna Haraway. O olhar feminista tem contribuído nesse processo de desconstrução da Ciência, revelando que a ciência não é uma prática neutra no tocante a gênero.

Recentemente, tive o prazer de organizar junto com a Profa. Dra. Luzinete Simões Minella, do IEG/UFSC, uma coletânea sobre Gênero e Ciências (Sardenberg; Minella, 2016), publicada pela EDUFBA, onde ressaltamos, na Apresentação do livro, precisamente a importância desse olhar. Na verdade, as Ciências vêm sendo objeto da crítica feminista, de forma mais ferrenha, desde os anos 1960, quando se deu a retomada dos movimentos feministas contemporâneos. Feministas vem revelando, desde então, o viés androcêntrico (o ‘male bias’) que tem marcado o desenvolvimento das diferentes áreas do conhecimento científico, tanto na sua constituição e estrutura, quanto no que diz respeito ao conhecimento produzido e às epistemologias tradicionais subjacentes.

Inicialmente, essa crítica se voltou para a questão das “mulheres na Ciência”, destacando que além da presença feminina nas ciências ter sido cerceada, sobretudo a partir da institucionalização do conhecimento científico nas universidades, observou-se um processo de invisibilização das mulheres que conseguiram romper as barreiras existentes. Em grande parte, essas mulheres figuraram apenas em posições secundárias, geralmente como ‘assistentes’ de cientistas ilustres, quando elas foram, de fato, as responsáveis por importantes descobertas e avanços no conhecimento, quase sempre atribuídos a eles.

A construção do conceito de gênero tem permitido à crítica feminista avançar no processo de desconstrução da ciência, tornando evidente, por um lado, o peso das ideologias e relações de gênero nas práticas científicas e acadêmicas e, por outro, sua interferência no conhecimento produzido, vez que gênero é também uma categoria de pensamento. Em especial, a crítica feminista tem revelado que o sujeito da Ciência tem sido predominantemente masculino (e também branco e ocidental), que a neutralidade científica como base para a objetividade não passa de um mito, que todo conhecimento é situado (e corporificado) e que, portanto, precisamos construir novas epistemologias que reconheçam a posicionalidade dos sujeitos cognocentes e reconheçam a legitimidade de um conhecimento objetivo engajado.

CGT – “Ciência Feminista” e “Ciência feita por mulheres”, você vê diferença entre esses termos, como você os vê?

Cecília – Uma das principais teses que se depreende da perspectiva de gênero, entendendo-o como elemento de construção e diferenciação social, é precisamente uma postura anti-essencialista, ou seja, que nega a existência de uma ‘essência’ masculina ou feminina e, assim, de uma essência do ‘ser homem’ e ‘ser mulher’. Mas é certo que a ação das ideologias e relações de gênero podem nos levar a atuar, enquanto homens e mulheres, de forma diferenciada também no campo das ciências. Nesse sentido, é possível se pensar em uma ‘Ciência feita

por mulheres’, com práticas científicas ditas ‘femininas’, que respondem, por exemplo, à naturalização da divisão sexual do trabalho no âmbito científico e acadêmico. Contudo, uma ‘Ciência feita por mulheres’ não implica automaticamente em uma ciência transformadora: ao contrário, pode até mesmo se mostrar bastante conservadora, dada a interpelação das ideologias patriarcais na construção do corpo científico feminino.

Isso é muito diferente do que nos referimos quando falamos de uma “Ciência Feminista”. Trata-se aqui de uma ciência engajada, questionadora, emancipatória, politizada, que combate o androcentrismo e outros vieses impostos pelo racismo, o etarismo, a homo-trans-fobia, ao lado do sexismo, na produção de conhecimento. Ademais, a “Ciência Feminista” não é necessária nem essencialmente feita apenas por mulheres, mas por todas e todos aqueles que acreditam na possibilidade de uma ciência constituída como prática libertadora das opressões que experimentamos em sociedade. Não é, portanto, uma ciência desenvolvida apenas por nem somente para mulheres: seu objetivo maior é conhecer para transformar, construindo uma sociedade mais justa para todas e todos.

CGT – Como você percebe a inserção das mulheres nas ciências?

Cecília – Feministas, historiadoras da Ciência, têm revelado que até meados do século XVII, as mulheres eram detentoras de um saber prático como parteiras, curandeiras, conhecedoras do poder das ervas e seu uso medicinal. Muitas dessas mulheres foram perseguidas e sacrificadas em vários países da Europa e nos Estados Unidos no que se convencionou denominar de ‘caça às bruxas’, acreditando-se que as mulheres eram naturalmente incapazes de deter tal saber, só podendo ter esse poder por pacto com o diabo. No século seguinte, mulheres de elite na Europa começaram a demandar direitos à educação igualitária para ambos os sexos, algumas delas se embrenhando nos caminhos das ciências, participando no desenvolvimento científico como colaboradoras de ‘homens da ciência’, ainda que em posições secundárias. Mas, segundo observou Lucia Tosi em artigo publicado nos Cadernos Pagu em 1998, com a profissionalização da ciência no século XIX, novos obstáculos foram postos às carreiras científicas das mulheres. Essa profissionalização implicou na formação de uma elite, que passou a definir os limites e formas em que a profissão de cientista poderia e deveria ser praticada. Ou seja, constitui-se um código de normas e condutas e uma escala de valores, tornando a ciência uma instituição elitista e estratificada, de difícil acesso para mulheres e não brancos.

Não foi ao azar que em países como nos Estados Unidos, foram criadas faculdades (ou ‘colleges’) só para mulheres, a exemplo do Smith College, Radcliffe e Vassar, bem como só para negros, tal qual a Howard University. Aliás, foi só a partir dos anos 1960 e 1970, com a emergência dos movimentos de emancipação dos negros e feministas, que mulheres e negros passaram a ter ingresso nas grandes universidades americanas, como Harvard, Columbia, Yale, dentre outras. Mesmo assim, o ingresso de mulheres nas associações científicas mais prestigiadas ainda permanece bastante restrito, como bem demonstrou a socióloga Fanny Tabak em livro que nos revela o lento acesso e progresso das mulheres nas carreiras científicas.

No Brasil, não tem sido diferente. De uma discriminação explícita, em que às mulheres era negado o acesso às universidades – Nísia Floresta, nossa precursora do Feminismo no Brasil, não conseguiu ingresso na Faculdade de Direito do Recife

por ser mulher -, passou-se à discriminação velada, impondo exigências, tal qual o 'doutorismo' - que dificultava e ainda dificulta, o avanço das mulheres nas carreiras científicas. Por exemplo, só recentemente CNPq e CAPES reconheceram a legitimidade das licenças maternidades, estendendo bolsas de pós-graduação para tal fim. Na verdade, as normas e práticas científicas em laboratórios e nas universidades impõem exigências que apenas quem não tem outras demandas no seu tempo, ou seja, casa e família com filhos pequenos, pode cumprir. O que explica o fato de as mulheres levarem, em média, muito mais tempo para iniciar e concluir seus cursos de pós-graduação do que os homens, casados ou não.

É verdade que análises recentes dão conta de que o Brasil é hoje um dos poucos países nos quais a presença feminina no campo da pesquisa científica se equipara em número à masculina. Por certo, a disseminação do pensamento feminismo contribuiu para tanto, trazendo novos valores e atitudes relativas às mulheres na ciência, possibilitando esse importante avanço em termos quantitativos. Contudo, há de se observar a permanência de uma estrutura sexualmente segmentada nas áreas de conhecimento, com reduzida participação de mulheres nas ciências ditas 'duras', de maior prestígio. Mesmo quando as mulheres conseguem romper as barreiras dessa segmentação sexual dos campos do saber, a exemplo da Medicina, ficam restritas as áreas de especialização vistas como 'menos nobres'. Aliás, são poucas as mulheres especialistas em neurocirurgia, uma das áreas de maior renome no campo da Medicina. Ademais, os estudos dão conta de que as hierarquias de gênero ainda se mantêm nesses espaços, estando os homens no topo das estruturas de poder.

De fato, os homens ainda dominam os espaços de reitorias e diretorias nas universidades, as lideranças de grupos de pesquisa, os conselhos superiores dos órgãos e instituições de fomento à pesquisa e de pós-graduação, os comitês assessores desses órgãos e instituições, sem esquecer que constituem a quase totalidade de filiados honoríficos das academias científicas, de letras, etc.

CGT – O movimento feminista e a crítica feminista à ciência têm provocado mudanças no meio científico?

Cecília – As avaliações sobre o possível impacto da crítica feminista no meio científico têm sido bastante divergentes – mas não necessariamente contraditórias. Em seu conhecido livro, *O Feminismo Mudou a Ciência?*, Londa Schiebinger ressalta os pontos positivos desse impacto, destacando que o feminismo não apenas formulou uma nova problemática e novas teorias, como também revelou o 'male bias' nas práticas científicas e as distorções nas amostragens daí resultantes, provocando mudanças importantes nessas práticas e, assim, no próprio conhecimento produzido a partir desse novo olhar. No particular, ela mostra como o feminismo trouxe contribuições importantes para o desenvolvimento da Medicina, da Primatologia, da Arqueologia, Biologia, Física e Matemática, chamando atenção para as mudanças trazidas também pelo ativismo feminista no que diz respeito a políticas de financiamento de pesquisas, a exemplo de apoio a pesquisas na área biomédica que, ao contrário do que acontecia anteriormente, incluíam também mulheres em suas amostras.

Em contraste, Susan Bordo, em artigo intitulado "A Feminista como o Outro", publicado na *Revista de Estudos Feministas* em 2000, argumenta que, apesar de como críticas da cultura, as teóricas feministas terem formulado "[...] desafios poderosos a concepções dominantes de natureza humana e filiação política, a normas da razão científica, filosófica e moral, a ideais de espiritualidade, a

identidades e fronteiras disciplinares prevalentes, a narrativas” (BORDO, 2000, p. 10), são raramente citadas ao lado de grandes autores, como Foucault, Derrida, etc. Nossas contribuições são vistas como relevantes, mas apenas como uma “[...] crítica especializada, que não pode ser ignorada talvez, mas cujas implicações são contidas, limitadas e de impacto geral insuficiente para constituir um novo conhecimento sobre ‘o modo como a cultura opera’.” (BORDO, 2000, p. 11) Ou seja, trata-se de algo ‘menor’, de escopo limitado, da mesma forma que na política nossas lutas são apenas ‘específicas’, de menor importância que as lutas gerais.

Na minha perspectiva, as duas autoras acima citadas têm razão, ou seja, trouxemos contribuições de grande relevância para a produção científica, mas nossas contribuições ainda carecem do devido reconhecimento. Isso se manifesta tanto no nível macro, a exemplo do descaso em relação aos estudos feministas por parte de órgãos e instituições de pesquisa e pós-graduação – foi preciso a Secretaria de Políticas para Mulheres fechar convênio com o CNPq para que mais verbas fossem direcionadas aos estudos de gênero – como no nosso dia a dia nas universidades. Eu própria vivenciei esse problema no Departamento de Antropologia da UFBA, onde fui lotada como docente por mais de 34 anos. Meu trabalho no campo da pesquisa e extensão, embora reconhecido nacional ou mesmo internacionalmente, sempre foi visto por colegas antropólogos e antropólogas como algo menor, como ‘coisa de mulher’, sendo eu caracterizada, pejorativamente, como ‘mulheróloga.’

CGT – Tem-se observado que cada vez mais mulheres tem ascendido em carreiras na ciência e na tecnologia e tido seus trabalhos reconhecidos. Quais razões, na sua concepção, tem contribuído para este crescimento?

Cecília – Acredito que esse processo resulta da conjunção de uma série de fatores. Não custa lembrar que, desde os anos 1960, temos vivenciado profundas transformações - não só econômicas, mas também políticas, demográficas, sociais e culturais de toda sorte - com ampla ressonância no âmbito familiar e nas trajetórias de vida e de trabalho de indivíduos, homens e mulheres, de todos os diferentes segmentos da população. Vivenciamos, em especial, uma notável expansão do ensino superior, processo que acompanhou a reestruturação do mercado de trabalho resultante do crescimento da indústria no país.

Paralelamente, vem crescendo, desde então, as taxas de atividade feminina, sobretudo por meio da incorporação de mulheres das camadas médias na população economicamente ativa. Sem dúvida, isso reflete as mudanças que vêm se processando nos valores e comportamentos relativos aos papéis femininos e aos espaços de atuação da mulher. No particular, reflete novas atitudes no que tange à educação feminina (ensejadas, entre outros fatores, pelo próprio movimento feminista), evidenciadas não apenas em termos de uma crescente presença de meninas matriculadas e/ou concluindo o segundo grau, como também no ingresso em massa de mulheres nas universidades. Aliás, não seria exagero afirmar que as mulheres, particularmente aquelas das camadas médias, têm sido as grandes beneficiárias do processo de expansão e democratização do ensino superior nas diferentes regiões do país, o que tem aberto espaço para a sua inserção e avanço em carreiras na ciência e tecnologia.

Contudo, malgrado as mudanças observadas, a crescente inserção das mulheres no ensino superior e no mercado de trabalho vem-se processando sem profundas alterações no modelo de família dominante em nossa sociedade, sobretudo no que concerne à divisão sexual do trabalho. Na verdade, por força das

ideologias de gênero que sustentam esse modelo de família, a mulher permanece responsável pelas atividades ligadas à reprodução, o que limita as suas possibilidades de ingresso e permanência no mercado de trabalho e, assim, o avanço de suas carreiras profissionais.

Concordo, porém, com Nancy Fraser (2015, online) em sua afirmativa de que “o feminismo não deve se preocupar em fazer um número limitado de mulheres assumir posições de poder e privilégio dentro de hierarquias sociais existentes, e sim de superá-las.” Por certo, é importante ocuparmos também esses espaços, mas esse não deve ser nosso objetivo maior ao investirmos em carreiras científicas e acadêmicas.

CGT – Que futuro você vê para os estudos em gênero, ciência e tecnologia no Brasil? Há desafios e/ou demandas nesta área?

Cecília – Sem dúvida, os estudos em gênero, ciência e tecnologia desempenham um papel relevante, não apenas para o avanço do conhecimento em torno de como o fator gênero se insere nesses campos de saber, mas também como subsídio à formulação de políticas para promoção da equidade de gênero nas ciências e tecnologias. Por exemplo, o Programa de Gênero e Ciência formulado pela Secretaria de Políticas para Mulheres em convênio com o CNPq, durante o período dos Governos de Lula e Dilma Rousseff, teve como subsídio as análises que revelaram a atuação de gênero como fator estruturante da ciência e tecnologia, sendo uma das consequências a pequena presença das mulheres nesse campo.

Estudiosas de gênero, ciência e tecnologia no Brasil têm argumentado, porém, que essa temática sofre uma ‘dupla marginalidade’, tendo pouca visibilidade tanto no campo dos Estudos Feministas, quanto dos Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia. Na verdade, trata-se de uma temática relativamente incipiente no Brasil, sendo, pois, um dos principais desafios postos para pesquisadoras envolvidas tornar mais visíveis, nos dois campos em questão, os estudos e pesquisas que vem sendo produzidos.

Em seu estudo sobre o desenvolvimento dessa temática no Brasil, Betina Stefanello Lima tem observado que nossos esforços ainda permanecem concentrados no levantamento das trajetórias/história de mulheres em Ciência e Tecnologia, sendo realizados a partir das Ciências Sociais e Humanas, havendo aparentemente pouca inserção de pesquisadoras de outras áreas, inclusive de ciência e tecnologia, nos estudos em destaque.

Outro importante desafio posto, portanto, seria o de se trabalhar no sentido da articulação de uma maior multi-inter-trans-disciplinaridade no campo dos estudos sobre gênero, ciência e tecnologia.

CGT – Você tem grande inserção no meio universitário internacional. Como você percebe a situação dos estudos de gênero e feminismo no Brasil em relação aos estudos internacionais?

Cecília – Sabe-se que o desenvolvimento dos estudos de gênero e feministas, ou seja, a institucionalização dos feminismos na academia, tem assumindo, em diferentes países, características e ritmos próprios ao seu contexto histórico e acadêmico. Introduzidos nos Estados Unidos em fins da década de 1960, os “estudos sobre mulheres” experimentaram um progressivo desenvolvimento na década seguinte, quando se verificou, naquele país, a consolidação de cursos multidisciplinares de bacharelado, mestrado e doutorado nesse campo específico.

Processo um pouco diferente teve lugar em países da Europa, ganhando nuances específicas aos sistemas acadêmicos europeus. Na Inglaterra, por

exemplo, os estudos feministas não foram deslançados inicialmente no âmbito das universidades, mas sim nos cursos de “educação para adultos”, só chegando à academia nos anos 1980, com cursos e programas específicos. Ao contrário do que se verificou nos Estados Unidos, contudo, poucos departamentos de “estudos sobre mulheres” têm seu quadro docente próprio, de sorte que a maior parte das feministas acadêmicas do Reino Unido está vinculada a outros departamentos, tal qual nos parece acontecer no Brasil.

Aqui, como de resto em outros países da América Latina, esse processo só foi deslançado a partir de fins dos anos 1970, apropriando-se das reflexões, então emergentes, em torno do conceito de gênero, e tendo como principal característica o surgimento de núcleos de estudos específicos em diferentes universidades e demais centros de pesquisa.

Mas é claro que o feminismo acadêmico não se desenvolve apenas no âmbito imediato dos programas de estudos sobre mulheres. O desenvolvimento de pesquisas, a realização de encontros e congressos e o surgimento de associações e redes de estudos sobre mulheres e gênero expressam também o crescimento do feminismo acadêmico, traduzindo-se na abertura de novos espaços para a troca de ideias, reflexões e visões entre feministas.

Estudos sobre o feminismo acadêmico no Brasil sugerem que estes foram os espaços primeiros para deslançar o feminismo acadêmico, privilegiando-se, entre nós, como ressaltou Fúlvia Rosemberg, a pesquisa, ao invés do ensino; os cursos de pós-graduação no lugar da graduação, e uma ação para além do âmbito universitário, de sorte que a academia tem sido apenas um dos espaços de desenvolvimento dos estudos feministas.

Não se há de negar, porém, que desde os anos 1980, verificou-se não apenas um crescimento notável da produção científica em torno da problemática de gênero, como também conquistas importantes no sentido do reconhecimento de sua relevância como objeto de reflexão e análise nos meios científico-acadêmicos nacionais. Por certo, a criação do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos (PPGNEIM), bem como do Curso de Bacharelado em Gênero e Diversidade e do Departamento de Estudos de Gênero e Feminismos da UFBA são parte desse processo.

CGT – Qual sua expectativa para o futuro dos estudos de gênero e feministas no Brasil?

Cecília – Lamentavelmente, com o golpe de 2016, passamos a viver um outro momento. Um momento de retrocesso no tocante às conquistas no plano dos direitos humanos e sociais – de verdadeira ameaça à democracia -, como também de ameaça ao desenvolvimento da Cultura e da Ciência e Tecnologia. O Governo Temer tem feito cortes imensos nos orçamentos dos respectivos Ministérios – desmonte desses próprios Ministérios e Secretarias responsáveis – colocando à deriva o progresso científico e a produção cultural e acadêmica no país. E não se há de esquecer que a redução das verbas para as universidades públicas tem deixado muitos programas e cursos em situação de verdadeira penúria, o que se traduzirá em um retrocesso tamanho que afetará o futuro de várias gerações à frente.

Ao lado disso, tem-se ainda o fortalecimento, por parte do Estado, do conservadorismo fundamentalista, patriarcal, com projetos que pretendem controlar a docência ditando o que o professorado pode ou não falar, a exemplo o

programa da 'Escola Sem Partido', e trazendo reformas ao Ensino Médio que acabam com o ensino da História.

Dentre outros ataques, vem ainda a proposta de se acabar com programas de sensibilização para gênero e sexualidade nas escolas, que tão importante tem sido para o combate à violência de gênero e sexual e à homo-lesbo-transfobia, que grassa em nosso meio. Sem esquecer de acusações como a sofrida pela Professora Doutora Marlene de Fáveri, integrante do Instituto de Estudos de Gênero – IEG/UFSC, por parte de uma ex-aluna e ex-orientanda, que procuram desqualificar os estudos feministas.

Em suma, estamos vivendo um momento crítico e desafiador para a ciência como um todo e especialmente para nós, que trabalhamos no campo dos estudos feministas e de gênero. Precisamos articular frentes de batalha para defender a continuidade de nossos estudos e defender a democracia em nosso país.

CGT – Muito obrigada pela sua participação e contribuição com os Cadernos de Gênero e Tecnologia. Seu depoimento foi valioso para nós. Você gostaria de acrescentar algo que não foi perguntado?

Cecília – Eu gostaria muito de agradecer ao corpo editorial dos Cadernos de Gênero e Tecnologia por reconhecer nosso trabalho no NEIM e me convidar a esta entrevista, abrindo para mim um espaço de participação na troca de ideias com vocês e o público leitor em torno da questão dos estudos feministas. Temos muitos desafios postos para avançar nesse campo de estudos – ou, ao menos, não deixá-lo retroceder – e o diálogo produtivo nesse sentido será essencial.

Devo ressaltar que alguns dos depoimentos e ideias aqui expostas figuraram originalmente em trabalhos publicados e em meu Memorial de Títulos para progressão à cadeira de Professora Titular de Antropologia na UFBA. Mas as questões que me foram colocadas por vocês, do CGT, me levaram a novas reflexões, sobretudo no tocante à Gênero, Ciência e Tecnologia, pelo que também sou-lhes agradecida!

NOTAS

¹ Entrevista realizada à distância via e-mail por Lindamir Salete Casagrande a qual também foi responsável pela elaboração do preâmbulo. A entrevista ocorreu no início do ano de 2017.

² BORDO, Susan. A feminista como o outro. Revista de Estudos feministas, Florianópolis, 2000, p. 10-29.

³ Entrevista com Nancy Fraser: Um feminismo em que “romper barreiras” não rompe com a exploração. Disponível em: <http://feminismo.org.br/entrevista-comnancy-fraser-um-feminismo-em-que-romper-barreiras-nao-rompe-com-aexploracao>. Acesso em: maio de 2017.